




---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0002785-76.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Ministério Público Federal - Procuradoria da República No Estado do Mato Grosso do Sul

**Interessado:** Felipe Fritz Braga

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

**VOTO-VISTA (divergente)**

**EMENTA: PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. AFERIÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA DEFICIÊNCIA COM AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO. DETERMINAÇÃO AOS TRIBUNAIS. PROCEDÊNCIA.**

I. Pedidos de Providências que objetivam afastar a previsão de avaliação prévia da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

II. A avaliação da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo deve ocorrer durante estágio probatório, após a posse do servidor, em consonância com o artigo 73, § 2º, da Resolução CNJ nº 118/2010, que alterou a Resolução CNJ nº 75/2009, e com o § 2º do art. 43 do Decreto 3.298, de 20/12/1999.

IV. Determinação aos tribunais.

IX. Pedidos procedentes.

Registro de início que, por tratarem do mesmo tema, estão em exame conjunto os Pedidos de Providências N° 0005325-97.2012.2.00.0000 e N° 0002785-76.2012.2.00.0000.

Adoto o relatório ofertado pelo ilustre Conselheiro Emmanoel Campelo de Souza Pereira, *in verbis*:

***PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N° 0005325-97.2012.2.00.0000***

*A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Mato Grosso do Sul – requereu*

*providências “objetivando o afastamento da previsão de avaliação prévia da deficiência do candidato aprovado em concurso público com as atribuições do cargo constante em editais dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro”.*

*Recorda que o CNJ recomendou aos tribunais a adoção de medidas para remoção de barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais que pudessem gerar discriminação às pessoas com deficiências, porém, os editais de concurso ainda colocam óbice ao acesso daquelas pessoas.*

*Exemplifica sua tese com os editais de concursos do TJMS, TRT da 23ª e 24ª Regiões, de onde consta a obrigação do candidato que se declara portador de deficiência, de apresentar-se para avaliação prévia de uma junta médica e funcional.*

*Argumenta que as avaliações prévias “constituem forma de eliminar as pessoas com deficiência aprovadas nos concursos públicos”, já que a avaliação que não se aplica aos demais candidatos.*

*Discorreu sobre a proteção às pessoas com deficiências, tanto na legislação brasileira (Constituição e Lei 7853/89) quanto em Convenção Internacional subscrita pelo Brasil.*

*Requeru sejam uniformizadas as regras de concurso público para servidores do Judiciário, “no sentido de que a compatibilidade da deficiência do candidato aprovado no certame publico seja realizada exclusivamente no estágio probatório, com a disponibilização ao servidor dos instrumentos tecnológicos necessários e as ajudas técnicas”.*

*O então Conselheiro Marcelo Nobre solicitou manifestação de diversas entidades e do Ministério Público sobre o tema.*

*Os tribunais de Justiça dos Estados do Ceará, Amazonas, Tocantins, Bahia, Alagoas, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa Catarina, Roraima, Amapá, Pernambuco, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Maranhão, Piauí, Sergipe, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul manifestaram-se nos autos, em sua maioria, pela possibilidade da fixação da avaliação da deficiência previamente.*

*A Anamatra também manifestou-se nos autos, defendendo o posicionamento da Requerente.*

### **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0002785-76.2012.2.00.0000**

*O Ministério Público Federal também requereu controle dos editais de concurso do Judiciário, em todo o país, por conta da inserção de cláusula que determina a submissão do portador de deficiência à prévia avaliação de compatibilidade da deficiência com a função judicante.*

*Argumenta o Requerente que defende a “máxima efetividade dos direitos fundamentais constitucionais”, em especial a “igualdade material e a não discriminação”, garantindo a acessibilidade.*

*Requeru liminar para determinar a suspensão cautelar de eficácia dos dispositivos normativos que disciplinem a realização de concurso público no âmbito do*

*judiciário em que “a) imponha-se avaliação de compatibilidade da deficiência do candidato com a as atribuições do cargo durante o concurso; b. ou em que se condicione a posse à previa aprovação nessa avaliação.”*

*A liminar foi indeferida pelo então conselheiro Marcelo Nobre e, solicitadas informações ao TJMS, este afirmou não estar realizando concurso e que os últimos certames foram feitos antes das normas aqui discutidas.*

*Ouvido o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, informou a Ministra Maria Cristina Peduzzi que a proteção às pessoas com deficiência foi regulamentada pela Lei 7853/89 e Decreto 3298/99, fixando que a avaliação da aptidão se daria no estágio probatório, porém a Lei 8.112/90 institui como requisito básico para investidura em cargo publico a aptidão física e mental.*

*Argumenta, ainda, que não se pode admitir a mesma regra utilizada para a magistratura porque é grande a gama de atividades dos servidores e pode haver incompatibilidade entre o cargo e a deficiência. Concluiu que o pedido do Ministério Público “encontra óbice nos arts. 5º e 14 da Lei nº 8.112/90”.*

*Não houve manifestação conclusiva do Conselho da Justiça Federal.*

*O Procurador Geral da República manifestou-se no sentido de que o pleito é razoável e legítimo e deve ser analisado com cautela.*

## **É O RELATÓRIO.**

### **DECIDO.**

Os pedidos formulados buscam o “afastamento da previsão de avaliação prévia da deficiência do candidato aprovado em concurso público com as atribuições do cargo constante em editais dos órgãos do Poder Judiciário Brasileiro” e a uniformização de regras de concurso público para servidores do Judiciário, no “sentido de que a compatibilidade da deficiência do candidato aprovado no certame público seja realizada exclusivamente no estágio probatório (...)”.

De pronto, devo registrar que aqui não se discute da realização de perícia por Comissão Multidisciplinar para delimitar e determinar a existência e extensão da deficiência, cujo objetivo é verificar se o candidato deve ou não concorrer, em lista apartada, às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Esta indiscutivelmente deve ocorrer em momento prévio à posse, tal como entendeu o Eminent Relator em seu voto (vide “As conclusões”, item “b”).

O cerne da discussão é outro e diz respeito ao momento em que deve ser procedida a averiguação da compatibilidade entre a deficiência do candidato aprovado e as atribuições a serem por ele exercidas no cargo.

Neste ponto, o Eminent Relator entendeu que “não é irregular nem ilegal o exame prévio de compatibilidade da deficiência declarada com o cargo ao qual concorre o candidato” (vide “as conclusões”, item “c”).

Com a devida vênia, ousou discordar da solução proposta em seu voto. Tal averiguação deve ocorrer necessariamente quando a pessoa com deficiência, já empossada, inicia o desenvolvimento das atividades inerentes a seu cargo. Vale dizer: no estágio probatório.

Explico.

De início, vale recordar que a Carta Constitucional, inspirada nos mais nobres princípios do Estado Democrático de Direito, garantiu o dever do Estado de “integração social” das pessoas com deficiência. A título ilustrativo, transcrevo alguns dos seus dispositivos:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

***II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência**;*

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

***XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência**;*

*Art. 37. VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para **as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão**;*

*Art. 203. A **assistência social** será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*

***IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária**;*

*Art. 227. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:*

***II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.***

*§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de **garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência**.*

*Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de **garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência**, conforme o disposto no art. 227, § 2º.*

Nesse mesmo sentido a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil e internalizada por meio do Decreto nº 6.949/2009, a confirmar o compromisso do Estado Brasileiro, **também no plano internacional**, com a proteção social das pessoas com deficiência. A propósito, a teor do “Considerando” do referido Decreto, essa Convenção foi aprovada “conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição”, **pelo que equivale a Emenda Constitucional**.

Com efeito, impõe-se ao intérprete constitucional, em prestígio ao princípio da máxima

efetividade, dar concretude aos dispositivos da Carta da República e da aludida Convenção Internacional – com força de emenda constitucional - de modo a conferir plena “integração social” às pessoas com deficiência.

Feito esse introito, impõe-se reconhecer que garantir à pessoa com deficiência o direito à avaliação da compatibilidade entre as atribuições do cargo e a sua deficiência durante o estágio probatório é, na hipótese em análise, a solução que mais se coaduna com a “integração social” desejada pela sociedade democrática.

Senão vejamos.

A avaliação da compatibilidade no curso do estágio probatório já é regra positivada no Brasil, densificadora do desejo constitucional, a teor do artigo 43 do Decreto nº 3.298, de 20.12.1999, que dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**:

*Art. 43. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.*

(...)

**§ 2º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório (grifo nosso).**

Também foi essa a “opção” do Conselho Nacional de Justiça ao disciplinar o tema no tocante aos concursos públicos para a magistratura, conforme artigo 73, § 2º, da Resolução CNJ nº 75/2009, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 118/2010:

*Art. 73. As pessoas com deficiência que declararem tal condição, no momento da inscrição preliminar, terão reservados, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das vagas, vedado o arredondamento superior.*

(...)

**§ 2º A avaliação sobre a compatibilidade da deficiência com a função judicante deve ser empreendida no estágio probatório a que se submete o candidato aprovado no certame. (Redação dada pela Resolução nº 118, de 03.08.10)**

A alteração de entendimento deste Conselho, ensejadora da atual regra do artigo 73, § 2º, da Resolução CNJ nº 75/2009, decorreu do bem fundamentado voto do Conselheiro José Adônias Callou de Sá no Pedido de Providências nº 2009.10.00.006089-4 (Numeração Única n. 0006089-54.2009.2.00.0000), **aprovado por unanimidade pelo Plenário do CNJ**, cujas razões, em síntese, ora rememoro:

“A norma do artigo 75 da Resolução deste CNJ permite a exclusão do candidato com deficiência antes da prova objetiva, que constitui a primeira etapa do certame (artigo 32), como resultado da avaliação procedida pela Comissão Multiprofissional a respeito da compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante.

Essa avaliação prévia, como precedentemente argumentam a requerente e o

Ministério Público Federal, significa o acréscimo de mais uma etapa ao certame a ser enfrentada exclusivamente pelos candidatos com deficiência. **Tal avaliação, ademais, por ser prévia, tende a ser contaminada por ideias preconcebidas acerca da inaptidão do candidato em função da natureza da deficiência.**

A avaliação prévia pela Comissão Multiprofissional deveria restringir-se à verificação sobre a relevância da deficiência para fins de concorrência às vagas reservadas, bem como sobre a necessidade de deferimento de condições especiais para realização das provas.

**O tratamento dado ao tema na Resolução n. 75 deste CNJ não é compatível com os diversos princípios e regras constitucionais que têm por finalidade incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho e assegurar a plena participação em todas as dimensões da vida na comunidade, afastando quaisquer formas de discriminação negativa motivada pela deficiência (CF artigo 1º, II e III; artigo 3º, I e IV; artigo 7º XXXI, artigo 37, VIII, artigo 227, § 1º)”.**

Com efeito, agiram em boa hora o Executivo Federal ao editar o aludido dispositivo do Decreto nº 3.298/2009 e o CNJ ao implementar nova redação ao artigo 73 da Resolução nº 75/2009, porquanto parece-me pouco democrático, quiçá discriminatório, diante do contexto normativo mencionado e do aludido dever de "integração social", **ceifar um candidato com deficiência, já aprovado nas provas de conhecimento, do direito de demonstrar, na prática do dia a dia do estágio probatório, não apenas a “compatibilidade” da deficiência com as atribuições do cargo, mas sobretudo que detém talento, habilidades e atitudes suficientes para, eventualmente, suprir e superar a sua deficiência.**

Nesse sentido, transferir para o estágio probatório essa “prova” é oportunizar à administração pública o exame da compatibilidade com o aprofundamento necessário, a cautela exigida e o vagar que requer o dever do Estado de cuidado, proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Entendimento noutro sentido acaba por impor que tal exame se dê, senão de afogadilho, pelo menos sem um acurado, minucioso e atento “olhar”. Nesse contexto, suposições, pré-conceitos, subjetivismos, desconhecimento das reais necessidades do cargo e má-informação sobre ferramentas tecnológicas disponíveis são algumas das hipóteses que podem contaminar um laudo precipitado de “incompatibilidade”.

São públicos e notórios casos de pessoas com deficiência detentoras de talentos excepcionais, a superar eventuais limitações físicas. São igualmente públicos e notórios pareceres prévios apressados - e por vezes injustos - acerca da “compatibilidade” de tais deficiências com as atividades do cargo.

Também vale reforçar que o acelerado avanço tecnológico - assim como o preciso conhecimento a respeito das tecnologias existentes - têm influência direta neste tema, porquanto pode auxiliar a superação de eventuais incompatibilidades. Sob esse prisma, também prestigia a “integração” das pessoas com deficiência a transferência da análise definitiva da compatibilidade para o período do estágio probatório.

Note-se, de outro lado, que não há confundir a inspeção médica para aferir aptidão física e mental de que trata o artigo 14 da Lei 8.112/90<sup>[1]</sup> com o exame da compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo. Logo, não é possível afirmar que o exame feito *a posteriori* estaria em desacordo com o que dispõe a Lei 8.112/90.

A inspeção a que se refere o artigo 14 do Estatuto do Servidor Público diz da realização de exames clínicos gerais a qual todos os nomeados se submetem, independentemente de pertencerem à lista apartada das pessoas com deficiência.

Com efeito, antes da realização do ato de posse o futuro servidor é submetido a exame médico para aferir tão-somente “condições de saúde necessárias à realização de atividade laborativa (...)” <sup>[2]</sup>.

Trata-se de averiguação singela e com objetivo limitado de verificar as condições físicas e fisiológicas do aprovado, via de regra por meio de exames clínicos e laboratoriais.

Não se busca, nesta fase, examinar a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo, mesmo porque tal análise, como já exposto, depende necessariamente da averiguação do trato de habilidades operativas, atitudes e talentos, cujas respostas só podem ser obtidas no “dia-a-dia” do trabalho desenvolvido.

Por fim, cumpre-nos analisar se existe alguma circunstância especial nas atividades dos servidores das carreiras do Judiciário que torne inviável ou inconveniente aplicar-lhes a regra já estabelecida na Resolução CNJ nº 75 para os candidatos à magistratura.

No entender do Relator, “não se aplica aos concursos para servidores a mesma regra aplicada aos magistrados porque as funções dos servidores são variadas e eventuais deficiências podem ser incompatíveis com o exercício do cargo”.

Com a máxima vênia, assim não entendo.

As atividades dos servidores do Judiciário podem ser descritas, na sua totalidade, como técnicas, jurídicas, operacionais e/ou burocráticas.

Tomo como exemplo os cargos das carreiras dos servidores do Judiciário Federal, que na essência também refletem as desenvolvidas pelos servidores da Justiça dos Estados.

De acordo com a Lei 11.416/2006, tais servidores subdividem-se nos cargos de Analistas, Técnicos e Auxiliares Judiciários, observadas 3 (três) áreas de atuação: área judiciária, área de apoio especializado e área administrativa (artigos 2º e 3º).

O artigo 4º dessa lei, por sua vez, afirma que as "atribuições dos cargos serão descritas em regulamento, observado o seguinte:

*I - Carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento; organização; coordenação; supervisão técnica; assessoramento; estudo; pesquisa; elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade;*

*II - Carreira de Técnico Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico e administrativo;*

*III - Carreira de Auxiliar Judiciário: atividades básicas de apoio operacional." (grifo nosso)*

Como visto, nenhuma delas exige capacidade peculiar ou especial que, em tese, também não seja exigida de um magistrado.

Em outras palavras, se toda e qualquer pessoa com deficiência pode tomar posse no cargo de magistrado, membro do Poder, e ter a compatibilidade da sua deficiência “testada” no curso do estágio probatório, não consigo vislumbrar razoabilidade na conclusão de que tal compatibilidade, no caso dos servidores da Justiça, deva ser exigida previamente.

É fato que algumas poucas atividades podem exigir, cumulativamente, maior capacidade de locomoção, como é o caso dos oficiais de justiça. Mas mesmo nestes casos não consigo vislumbrar razoabilidade no exame prévio da compatibilidade, notadamente porque, via de regra, as deficiências motoras são atualmente supridas pelo uso de equipamentos específicos.

Também vale lembrar a salutar e corriqueira possibilidade de adaptação do servidor com deficiência para atividades específicas do mesmo cargo, de modo a garantir melhor desempenho e maior eficiência, possibilidade que só pode ser melhor aferida no curso do estágio probatório.

**Em síntese, por mais que me esforce não consigo vislumbrar uma única hipótese em que a mais grave das deficiências possa ser, em tese e de plano, considerada incompatível com as atividades de um cargo de servidor do Judiciário. Ao que me parece, toda e qualquer dificuldade teórica de "compatibilidade" pode ser superada no curso do estágio probatório, a depender do talento, da operosidade, das habilidades e das atitudes do candidato.**

O que deve ser reforçado é o acompanhamento permanente desse candidato no curso do estágio probatório, a fim de que a avaliação final seja fundada em elementos objetivos.

Por todo o exposto, **acompanho a divergência inaugurada pelo Conselheiro Silvio Rocha, na 20ª Sessão Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2013 (CERT 51), para julgar procedentes os pedidos.**

Também voto no sentido de **determinar aos órgãos do Poder Judiciário que, doravante, consignem nos editais de concurso ainda não publicados que a avaliação da compatibilidade da deficiência do candidato aprovado no certame público com as atribuições do cargo seja realizada no curso do estágio probatório.**

É como voto.

---

[1] Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial. Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

[2] Rocha, Daniel Machado. Comentários à Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Conceito Editorial, pág. 57.

**RUBENS CURADO SILVEIRA**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por RUBENS CURADO SILVEIRA em 19 de Setembro de 2013 às 09:36:56

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
07dc82243660e12b74ea0521c35ad040